



A RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO ALIADO AO NEOCONSERVADORISMO: O RETROCESSO NAS POLÍTICAS DE DIVERSIDADE NO BRASIL

Democracy and Neoconservatism as a Relationship Between the Public: Advances and Setbacks in Diversity Policies in Brazil

Alexandre José Rossi¹

Vera Maria Vidal Peroni²

Daniela de Oliveira Pires³

Resumo: Este artigo apresenta alguns elementos para o debate sobre a relação entre o público e o privado como projetos societários em disputa e sobre o modo como o processo recente de construção da democracia pautou o tema das políticas de diversidade no Brasil. Ao analisar o movimento do real em nossas pesquisas a partir de análise bibliográfica, observamos que não apenas sujeitos vinculados ao mercado, mas também ao neoconservadorismo e ao neofascismo estão disputando seus projetos societários nas políticas educacionais. Nosso recorte histórico inicia na década de 1980, com o processo de redemocratização do país, e chega aos dias atuais, evidenciando as contradições que pautaram a construção dessas políticas e as perdas depois do golpe de Estado de 2016. Concluímos que as políticas de valorização da diversidade cumprem um importante papel na ampliação do próprio conceito de democracia, entendido aqui como igualdade social e econômica e respeito às diferenças.

Palavras-chave: Democracia. Políticas de Diversidade. Relação público-privado.

Abstract: This article presents some elements for the debate on the relationship between the public and the private as societal projects in dispute and on the way in which the recent process of building democracy guided the theme of diversity policies in Brazil. When analyzing the movement of the real in our research based on bibliographic analysis, we observe that not only subjects linked to the market, but also to neoconservatism and neofascism are disputing their societal projects in educational policies. Our historical clipping begins in the 1980s, with the country's redemocratization process, and reaches the present day, highlighting the contradictions that guided the construction of these policies and the losses after the 2016 coup

¹ Doutor em Educação, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, junto da Faculdade de Educação no Departamento de Estudos Especializados. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1512-6306> E-mail: ajrossi.rossi@gmail.com.

² Doutora em Educação, professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6543-8431> E-mail: veraperoni@gmail.com.

³ Doutora em Educação, professora da Universidade Federal do Paraná junto da Faculdade de Educação no Departamento de Planejamento e Administração Escolar. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6671-9195> E-mail: danielaopires@gmail.com.

d'état. We conclude that diversity plays an important role in expanding the very concept of democracy, understood here as social and economic equality and respect for differences.

Keywords: Democracy. Diversity Policies. Public-private relationship.

1 Introdução

Este artigo traz alguns elementos para o debate sobre os desafios na implementação das políticas de diversidade, em um contexto de avanços e retrocessos democráticos no Estado brasileiro. Partimos do entendimento de que a relação entre o público e o privado pode ser encarada como projetos societários em disputa, sendo o privado vinculado tanto a pautas do mercado – como individualismo, meritocracia e competitividade – quanto a pautas neoconservadoras e neofascistas – como a intolerância e o ódio ao diferente. O privado perpassa, assim, tanto o Estado como a sociedade civil, não estando vinculado apenas à propriedade. A partir desse pressuposto, compreendemos as políticas de diversidade como parte do processo de construção do público, entendido como democratização da sociedade, e, por outro lado, o processo de desdemocratização (LAVAL; DARDOT, 2017) e as políticas de exclusão como pautas do que chamamos de privado.

O argumento central para a condução de nossas análises é de que o setor privado conservador esteve historicamente associado aos processos de rupturas democráticas, nos quais, para construir consenso e legitimidade, passou a enfatizar agendas associadas à visão tradicional da sociedade brasileira, como a discriminação das minorias sociais e a perseguição às pautas LGBTQIAP+.⁴ O neoconservadorismo relacionado ao contexto atual é, em parte, uma resposta à crise do sistema capitalista e avança em escala global, mas também possui relação com as especificidades do país, pois o processo democrático brasileiro é caracterizado por

⁴ Texto do Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade e da Secretaria de Comunicação Social do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (TRT-RS), explica a sigla como se segue: “L: Lésbicas - É uma orientação sexual e diz respeito a mulheres (cisgênero* ou transgênero) que se sentem atraídas afetiva e sexualmente por outras mulheres (também cis ou trans). Cisgênero é o indivíduo que se identifica com o seu "gênero de nascença". G: Gays - É uma orientação sexual e se refere a homens (cisgênero ou transgênero) que se sentem atraídos por outros homens (também cis ou trans). B: Bissexuais - Bissexualidade também é uma orientação sexual; bissexuais são pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente tanto com pessoas do mesmo gênero. quanto do gênero oposto (sejam essas pessoas cis ou trans). O termo “Bi” é o diminutivo para se referir a pessoas bissexuais. T: Transexuais, Transgêneros, Travestis - Este é um conceito relacionado à identidade de gênero e não à sexualidade, remetendo à pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. As pessoas transgênero podem ser homens ou mulheres, que procuram se adequar à identidade de gênero. As travestis, por sua vez, são mulheres trans que preferem ser chamadas dessa maneira por motivos políticos, de resistência. Q: Queer - É um termo da língua inglesa usado para qualquer pessoa que não se encaixe na heterocisnormatividade, ou seja, que não se identifica com o padrão binário de gênero, tampouco se sente contemplada com outra letra da sigla referente a orientação sexual, pois entendem que estes rótulos podem restringir a amplitude e a vivência da sexualidade. I: Intersexo - É uma pessoa que nasceu com a genética diferente do XX ou XY e tem a genitália ou sistema reprodutivo fora do sistema binário homem/mulher. Atualmente, são reconhecidas pela ciência pelo menos 40 variações genéticas, dentre elas XXX, XXY, X0, etc. A: Assexual - É um indivíduo que não sente nenhuma atração sexual por qualquer gênero. Isso não significa que não possam ter relacionamentos ou desenvolver sentimentos amorosos e afetivos por outras pessoas. P: Pansexualidade- É uma orientação sexual em que as pessoas desenvolvem atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas independentemente de sua identidade de gênero.+: Demais orientações sexuais e identidades de gênero - O símbolo de soma no final da sigla é para que todos compreendam que a diversidade de gênero e sexualidade é fluida e pode mudar a qualquer tempo, retirando o “ponto final” que as siglas anteriores carregavam, mesmo que implicitamente” (TRT-4, 2021).



estágios de baixa intensidade, não consolidados plenamente, trazendo como consequência desafios para a implementação de uma agenda de defesa das políticas de diversidade.

Abordamos ainda as contradições do processo recente de redemocratização do país, caracterizado por uma transição incompleta e inacabada, que, mesmo com limites, pautou, entre outros, o tema das políticas de diversidade no Brasil. Ao mesmo tempo, em uma dinâmica de correlação de forças, a extrema direita reage ao avanço nessas questões, utilizando-as como instrumento de mobilização numa sociedade com raízes conservadoras, de modo a fomentar o crescimento do neoconservadorismo no período posterior ao golpe de 2016.

Com a luta democrática, acompanhamos uma diversidade enorme de movimentos para que direitos sociais fossem materializados em políticas públicas. Como parte desse processo, foram fortalecidos grupos sociais que empunhavam as bandeiras de igualdade racial, de gênero, de identidade sexual, de defesa de pessoas com necessidades especiais, do ambientalismo, entre outras, aqui entendidas como políticas de diversidade⁵. No entanto, vivíamos uma intensa correlação de forças, em que as estratégias do capital de superação da crise – neoliberalismo, terceira via, reestruturação produtiva e globalização e, mais especificamente no período recente, o neoconservadorismo e neofascismo – redefiniram o papel do Estado, com profundas implicações para a democracia (PERONI, 2020).

Nesse sentido, a correlação de forças entre as pautas democráticas e as estratégias de superação da crise do capital é entendida como processos societários em disputa, nos quais o privado não é uma abstração, é constituído por sujeitos individuais e coletivos (THOMPSON, 1978) que disputam a pauta educacional, principalmente no que tange a temas da diversidade, que são o foco deste artigo. Em pesquisa recente⁶, observamos que nesses países não apenas sujeitos vinculados ao mercado, mas também ao neoconservadorismo e ao neofascismo estão disputando seus projetos societários nas políticas educacionais.

Esses processos de privatização do público têm consequências para a construção da democracia, entendida como a “materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social” (PERONI, 2013, p. 1021). Para uma melhor compreensão dos desafios, limites e possibilidades do processo de construção da democracia na conjuntura brasileira a partir dos anos 1980, no próximo item abordaremos o processo de transição política incompleta e inacabada, negociada pelas forças políticas hegemônicas, e as suas implicações para a construção das políticas de diversidade.

2 O período de redemocratização no Brasil: disputas e correlação de forças sociais e políticas

Nesta parte do estudo, analisamos o legado advindo dos últimos golpes de Estado no Brasil e dos respectivos processos de abertura democrática e as suas implicações para as políticas de diversidade. Para tanto, partimos de uma perspectiva dialética de análise, na qual

⁵ Entendemos políticas de diversidade conforme Rossi (2010). Para esse autor, as políticas de diversidade estão associadas à emergência dos novos movimentos sociais, em especial aqueles de cunho identitário, ainda que os movimentos sociais não se valham em seus discursos políticos da ideia de diversidade, dando preferência a termos como direito à diferença, antirracismo, antissexismo, anti-homofobia, inclusão, contra a exclusão, entre outros. Também defendemos que todas essas lutas devem ser atravessadas pela perspectiva de classe social. Não se pode fazer a luta contra qualquer tipo de preconceito descolada da questão de classe.

⁶ Pesquisa “A relação público-privado em países latino-americanos: sujeitos e conteúdo da proposta”, realizada pelo Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado em Educação (GPRPPE) e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



Deste modo, o Estado ditatorial define, *a priori*, que a comunidade LGBTQIAP+ é uma ameaça em potencial e, portanto, autoriza a violência contra os seus integrantes. Quando abordamos a conjuntura de um período de ruptura democrática, é preciso associar tal análise ao conceito de justiça de transição. Conforme Renan Quinalha (2013, p. 40),

[...] entende-se a transição política como um momento histórico em aberto, marcado por um processo complexo e não linear, em que diversas forças sociais concorrem por imprimir um destino comum à coletividade. Nesse processo, inexistente uma escala de estágios ou pontos de passagem definidos de antemão.

O que equivale dizer que não existe um período predeterminado para a alteração de um regime de exceção para outro tipo de governo, no qual poderá vir a ser restabelecida a democracia. É possível constatar que os períodos democráticos brasileiros, posteriores aos governos autoritários, não foram resultados de conjunturas de rupturas, mas se caracterizam como estágios democráticos imperfeitos, inacabados e negociados. Essas transições democráticas podem ser entendidas como procedimentos de natureza “endógena”: por um lado, articuladas com o próprio governo, e, por outro, sem imposição de modelos específicos por atores internacionais (QUINALHA, 2013).

A democracia que se instaurou no Brasil a partir de 1985 acabou por consolidar, em grande medida, a manutenção dos interesses das elites dirigentes que apoiaram a ruptura democrática e se mantiveram, durante todo o período de exceção, influenciando os governos militares. Até os dias de hoje e, especificamente, a partir de 2016, vivenciamos as implicações sociais, culturais, econômicas e políticas desse estágio de incompletude democrática, com destaque para a violência institucional e repressora do Estado, evidenciando assim um estímulo à política do esquecimento, em vez do enfrentamento e do reconhecimento das violações aos direitos humanos cometidas durante os vinte e um anos de autoritarismo. Compõem a regra a sonegação de informação, a difusão de informações ambíguas, a imprecisão conceitual, a relativização da violência irradiada contra a população e o apagamento das responsabilidades pelos crimes estatais e civis (PADRÓS, 2014). Segundo Luis Felipe Miguel (2016, p. 31),

O golpe de 2016 marca uma fratura irremediável no experimento democrático iniciado no Brasil em 1985. Ainda que com limitações e contradições, a ordem balizada pela Constituição de 1988 garantia a vigência das instituições mínimas da democracia liberal: o voto popular como meio necessário para a obtenção do poder político e o império da lei. A derrubada da presidente Dilma, mediante um processo ilegal, sinalizou que tais institutos deixaram de operar e, por consequência, o sistema político em vigor no país não pode mais receber o título de “democracia” – mesmo na compreensão menos exigente da palavra.

Após o golpe, ocorreu o acirramento do processo de correlação de forças sociais, no qual se identificavam dois projetos societários em disputa: um de cunho neoliberal e neoconservador e outro relacionado às pautas social-democratas. O contexto atual é materializado como um estágio antidemocrático, de não legitimidade das instituições políticas e de não reconhecimento dos direitos e das garantias fundamentais de parcela significativa da população, como a livre manifestação do pensamento e o direito ao contraditório.

Essa conjuntura, marcada pela eleição de um candidato homofóbico, machista, racista e que cultua os torturadores da ditadura civil-militar, nos leva ao seguinte questionamento: quais



3 Notas sobre o atual período particular do capitalismo: implicações para a democracia e políticas de diversidade

Conforme argumentado até aqui, entendemos que os processos de privatização do público ocorrem em um período singular do capitalismo em que vivenciamos o avanço do neoliberalismo, do neoconservadorismo e do neofascismo, particularidades do capital com graves implicações para os direitos sociais e a democracia. Nesse sentido, a relação entre o público e o privado nas políticas educacionais é a materialização das correlações de forças que ocorrem na sociedade em um período particular do capitalismo. Particular entendido como relação, conforme Lukács (1978, p. 112), “o movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular”.

Assim, trazemos alguns elementos para o debate acerca das peculiaridades do neoliberalismo depois da crise de 2008. Puello-Socarrás (2008) argumenta que o Consenso de Washington apresentou reformas de segunda geração que tinham como base o Estado empreendedor e não mais o Estado mínimo, com foco na reforma estatal, que não é apenas técnica, mas uma nova racionalidade econômica, com o protagonismo das organizações não governamentais (ONGs):

É assim que se promove um domínio que separa “o público” do “estatal” numa espécie de “espaço público-privado”, ou como tem sido chamado, um “espaço público não estatal” que é aberto e fundamentalmente mercantil (como o mesmo estatuto ontológico do Mercado: um domínio que não é exclusivamente privado, mas estritamente público-privado, ou seja, um *locus* público onde as mercadorias têm a possibilidade de serem trocadas entre si para serem posteriormente privatizadas). (PUELLO-SOCARRÁS, 2008, p. 108, tradução nossa).

O autor ressalta as consequências sociais desse processo, como o esfumaçamento das relações entre capital e trabalho, a flexibilização laboral e o foco no individualismo, sendo que o empreendedor é sempre o indivíduo.

Laval e Dardot (2017) também afirmam que, após a crise de 2008, o neoliberalismo não se enfraquece: ao contrário, usa a crise como justificativa para restringir ainda mais os direitos sociais, num processo de desdemocratização. O sistema se alimenta da crise, cuja responsabilidade é transferida das finanças privadas para o Estado, e se reforça mediante ela, que é apontada pelos autores como uma arma de guerra. Afinal, a própria crise passa a ser uma forma de governo, sendo o neoliberalismo um grande processo de neoproletarização das populações que não deixa a salvo nenhuma dimensão da existência humana.

Harvey (2008), ao tratar da neoliberalização, isto é, do balanço da teoria neoliberal na prática, destaca que o mercado regula o bem-estar humano via individualismo e competição. Por conseguinte, o sucesso e o fracasso são considerados responsabilidades individuais, resultados a que se chega por meio das virtudes empreendedoras do indivíduo:

O sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (como não investir o suficiente em seu próprio capital humano por meio a educação), em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica (como as exclusões de classe que se costumam atribuir ao capitalismo). (HARVEY, 2008, p. 76).



O autor também traça paralelos entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Como semelhanças, aponta que ambos são favoráveis ao poder corporativo, à iniciativa privada, à restauração do poder de classe, à desconfiança em relação à democracia e à governança pela elite. No entanto, existem diferenças, como a preocupação com a ordem em resposta ao caos: o neoconservadorismo defende uma moralidade inflexível como cimento social, aspecto ausente no neoliberalismo. Para Harvey (2008), a diminuição das políticas sociais, o aumento do desemprego, os ajustes estruturais e a exacerbação da competitividade e do individualismo provocam o caos social e civilizatório, e o neoconservadorismo responde a esse problema através do recrudescimento da coerção social a partir de

[v]alores morais centrados no nacionalismo cultural, na retidão moral, no cristianismo (de uma certa moralidade evangélica) nos valores familiares e em questões de direito à vida, assim como no antagonismo a novos movimentos sociais como o feminismo, os direitos homossexuais, a ação afirmativa e o ambientalismo. (HARVEY, 2008, p. 94).

É essa a realidade que temos vivenciado no Brasil nos últimos anos. Moll Neto (2010, p. 65) esclarece que a “ideologia neoconservadora resgatou e reconstruiu pressupostos de correntes conservadoras que os antecederam, basicamente do velho conservadorismo e do libertarianismo⁷”. O autor ressalta que a pauta principal de união entre ambos os grupos era o individualismo, uma vez que para eles “nada justificava projetos estatais que interferissem na vida das pessoas e limitassem as liberdades, sobretudo a econômica”. (MOLL NETO, 2010, p. 67). Partindo daí, os neoconservadores tecem críticas ao Estado de Bem-Estar social:

Em primeiro lugar, a expansão do *Welfare* garantia a estabilidade econômica e, conseqüentemente, desestimulava o trabalho duro e a inovação [...]. Em segundo, a expansão do *Welfare* conformava um Estado ao mesmo tempo totalizante e desacreditado, que tomou o lugar da família, da igreja, da comunidade e do mercado para promover, especialmente nas escolas, um igualitarismo pervertido e abstrato sem nenhum sucesso possível [...]. Em terceiro, como soma desses fatores, a expansão do *Welfare*, incluindo os programas educacionais, fragilizou as capacidades econômicas e morais dos EUA na Guerra Fria. (MOLL NETO; DAMASCENO, 2020, p. 7-8)

No caso brasileiro, não vivenciamos o *Welfare State*, mas uma pauta de direitos sociais e diversidade que os neoconservadores também apontaram como causadora dos problemas sociais e econômicos.

Moll Neto (2010) destaca também a importância do enorme financiamento de *think tanks*, grupos engajados na elaboração e divulgação do ideal neoconservador. No Brasil, há o Instituto Liberal, que historicamente apenas atuava nos ideários de mercado e recentemente tem se associado à chamada nova direita, a qual envolve neoliberais e neoconservadores, conforme verificamos em matéria publicada na sua página na *internet* intitulada “Quem é a Nova Direita? O que ela pensa? E por que os ‘intelectuais’ a temem tanto?”:

Valorização do indivíduo e da família como unidade básica da sociedade, isto é, a direita quer menos poder para o Estado e mais poder para o indivíduo. A direita não gosta de coletivos (tais como sindicatos) tomando decisões que deveriam ser tomadas

⁷ Os libertários reivindicam o Estado mínimo não só na economia, mas também sobre a vida pessoal (LACERDA, 2019, p. 54).



pelo indivíduo. [...] Isto ocorre por causa de nossa desconfiança na capacidade do Estado. Logo, para evitar grandes rupturas da ordem, o melhor é que a mudança seja sempre gradual. Assim, sempre será possível corrigir eventuais erros antes que os mesmos se transformem em catástrofes. (INSTITUTO LIBERAL, 2017).

Além do neoconservadorismo, no caso brasileiro é mister incorporar em nossas análises a presença do neofascismo como um elemento fundamental do período histórico atual. Boito (2020) caracteriza fascismo como uma ditadura reacionária com base de massa, que ocorre em resposta a uma crise econômica e política, observando que as bases econômicas do capitalismo permanecem as mesmas. O fascismo, diferente de outras formas autoritárias do capitalismo, se caracteriza por seu viés eliminacionista de divergentes.

Esse autor (BOITO, 2020) também aponta a violência como um elemento-chave do fascismo, usada com o objetivo declarado de eliminar o adversário. Tal análise converge com a de Poggi (2019), que reforça a especificidade do fascismo em relação a outras formas autoritárias do capitalismo, marcado “por seu viés eliminacionista de divergentes (oposição política) e diferentes grupos subalternizados. [...] O fascismo se nutre do medo”. (POGGI, 2019, p. 74).

A autora destaca que, no caso brasileiro, Bolsonaro realizou “diversos ataques à oposição e às minorias, agredindo mulheres, gays, negros, devotos de religiões afro-brasileiras e a esquerda como um todo” (POGGI, 2019, p. 89). E pregou a violência “contra LGBTs, que seriam responsáveis pela destruição da família tradicional; [além de fazer] referências à esquerda como lixo que deve ser descartado do cenário social”. (POGGI, 2019, p. 89). Ela demonstra ainda que o viés eliminacionista do divergente já estava presente nos discursos de campanha, como o realizado na véspera do segundo turno das eleições de 2018, no qual, aparecendo em telão na avenida Paulista, em São Paulo, o então candidato à presidência Jair Bolsonaro prometia

Fazer uma limpeza nunca vista na história deste país, varrendo do mapa os bandidos vermelhos [oposição política] do Brasil. Seu destino: exílio, cadeia, ou ponta da praia, conhecido local de fuzilamento durante a ditadura. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para cadeia (POGGI, 2019, p. 88).

Para Rocha (2021), que analisa a cultura do ódio e a organização dos movimentos de extrema direita do Brasil, esse processo iniciou no período de redemocratização, com grupos que não aceitaram o final da ditadura civil-militar e construíram um

[m]ovimento subterrâneo inicialmente de reorganização da direita brasileira a partir de meados da década de 1980. Movimento que, na década de 2010, foi associado com incomum êxito da onda conservadora, especialmente no tocante a temas relacionados à educação sexual. Neste campo, duas notícias falsas (*fake news*) tiveram um papel de destaque na vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro: o inexistente “kit gay” e a deturpação completa de uma área de estudos, *gender studies*, numa delirante ideologia de gênero. (ROCHA, 2021, p. 17).



Como exemplificação da cultura do ódio na sociedade, Rocha (2021) apresenta um *rap* de Luiz, o Visitante, com a cantora *gospel* Talita Caldas, uma modificação da canção infantil *Se essa rua fosse minha*:

E essa rua, se essa rua fosse minha
Nem feminista, nem petista ia pisar
O nome dela ia ser Coronel Brillhante
Na esquina, uma escola militar
Se essa rua fosse minha, quase tudo ia ser privado
[...] Controle do estado, apenas pelo necessário
Ninguém hostilizar pelo seu extrato bancário
Igualdade não existe, o comércio ia parar
Pois ter patrão e funcionário, é o que faz tudo circular
[...] Quem quer, corre atrás, não lamenta se alguém tem mais
Sucesso não é pra quem "birra", é pra quem "faz"!
[...] Livro esquerdista na fogueira ia queimar
E se queremos, então, é fazer por onde
É só um recado, que, sabemos revidar
(LUIZ, O VISITANTE, 2016)

Ao analisar a música, no que se refere mais especificamente ao tema deste artigo, a diversidade, Rocha (2021, p. 214) observa que

[a] menção à feminista opera como uma metonímia do conservadorismo reacionário que reúne no mesmo balaio a rejeição à política identitária, o desprezo por temas progressistas e a invenção interessada de uma delirante ideologia de gênero. O ataque visceral ao politicamente correto foi o primeiro movimento em direção à negação pura e simples dos direitos de qualquer minoria.

É possível constatar nos dias atuais, com o avanço do neoconservadorismo e do neofascismo, a adoção por parte do governo federal das mesmas estratégias e discursos que foram amplamente utilizados durante o período da ditadura civil-militar e que possuíam um viés persecutório e estigmatizante. Os alvos eram as mesmas minorias que defendiam as pautas relacionadas às questões de gênero, racial e identitárias, e que ainda hoje continuam sendo vistas como uma ameaça para um tipo de sociedade baseada nos valores conservadores. No próximo tópico, analisaremos o papel dos movimentos sociais identitários na luta pela reafirmação dos seus direitos, de forma a enfrentar e superar a opressão própria dos regimes autoritários, por meio da implementação de políticas governamentais.

4 Mais de duas décadas para conquistar e menos de quatro anos para perder: avanços e retrocessos nas políticas de diversidade

As discussões em torno das chamadas políticas de diversidade, apesar das contradições, conquistaram algum espaço no campo das políticas sociais. No Brasil, esse processo foi desencadeado no final dos anos 1970, com os primeiros passos de organização do Movimento Homossexual Brasileiro⁸, juntamente com os movimentos feminista, étnico-raciais, indigenista, entre outros, ganhando mais expressão na década seguinte com o processo de redemocratização

⁸ Ao longo da história esse movimento tem se modificado e agregado em suas bandeiras de lutas outros movimentos sociais. Atualmente ele se denomina Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.



do Estado, conforme tratado na primeira seção deste artigo. Porém, foi somente nos anos 2000 que esses movimentos sociais conseguiram imprimir as suas demandas na agenda governamental.

Mais especificamente, verificamos alguns avanços no campo das políticas de diversidade a partir de 2003, com o início dos governos do PT na presidência da República. De acordo com Rossi (2010), na organização da nova administração, ao longo dos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tendo continuidade nos governos de Dilma Rousseff, foram criadas várias secretarias especiais vinculadas à Presidência da República que trataram de políticas específicas. Dentre elas, destacam-se a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ).

No âmbito de alguns ministérios ou secretarias do governo federal, foram criadas subsecretarias, coordenações e diretorias para trabalhar com os chamados temas da diversidade. Além disso, desde 2003 o Executivo estimulou de forma mais acentuada a realização de conferências para discutir com os movimentos sociais a elaboração de políticas públicas. Podemos afirmar que neste período foi dada uma atenção especial às “minorias”, “excluídos” e “marginalizados”, sendo esse um dos focos do governo, dado que se revela na estrutura do novo arranjo institucional criado. Nesse novo cenário, as políticas educacionais tornaram-se instrumento de implementação de ações que visavam à valorização e ao reconhecimento da diversidade cultural e ao combate à exclusão.

Para dar conta da demanda por políticas de diversidade, em 2004 o Ministério da Educação (MEC) criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)⁹. Esse órgão nasceu com o objetivo de reunir temas antes distribuídos por diversas pastas e que diziam respeito ao enfrentamento de situações não adequadamente trabalhadas até então – injustiças no sistema de educação brasileiro, como alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação escolar indígena, diversidade étnico-racial, igualdade de gênero e diversidade sexual. Em linhas gerais, segundo divulgou o próprio MEC em 2008 em sua página na *internet*, pode-se dizer que seus objetivos eram

[...] formular, implementar e executar políticas públicas que contribuam para a diminuição das desigualdades no acesso, permanência e sucesso na educação; que propiciem o aprimoramento da qualidade educacional por meio do reconhecimento, apreço e valorização da diversidade; e que proporcionem o direcionamento do foco educacional para o desenvolvimento sustentável (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008a).

Para a SECAD, o conceito de diversidade “leva em conta as diferenças históricas, culturais, sociais e econômicas do povo brasileiro que se refletem dentro das salas de aula”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008b). Como se observa, essa secretaria foi criada em consonância com a proposta do governo Lula, que tinha como *slogan* “Brasil: um país de todos”, o qual objetivava implementar ações capazes de reduzir as desigualdades sociais. Ela incorporou em suas práticas e programas uma variedade de temas ligados à diversidade, em se tratando de políticas educacionais.

⁹ Destacamos que, no momento de criação da SECAD, essa secretaria não abarcava a questão da inclusão. Em 2011, ela passou a ser denominada SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), compreendendo, a partir de então, políticas de inclusão.

Em contraposição ao *slogan* do governo Lula de 2004, em 2018 o atual presidente Jair Messias Bolsonaro foi eleito bradando a divisa “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Este Deus que ele evoca para si é um Deus no qual definitivamente os grupos identitários – dentre outros – não são reconhecidos como sujeitos dignos de direitos.

Embora a estrutura do governo do PT tenha se organizado para garantir alguns programas que atendessem as demandas dos movimentos identitários, a administração de Bolsonaro, em poucos dias de mandato, extinguiu por meio de decretos presidenciais alguns ministérios e secretarias especiais e/ou os reconfigurou, conforme os interesses neoconservadores que agora ocupam o lugar dos avanços nos direitos das populações LGBTQIAP+, mulheres, indígenas, quilombolas, entre outras. A exemplo disso, temos a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que substituiu a SDH, a SPM, a SEPPIR e a SNJ.

Ocupante da pasta de 2019 a 2022, a pastora e advogada Damares Alves fez várias declarações equivocadas quando tratou de questões de gênero. Numa delas, em vídeo comemorando a posse de Jair Bolsonaro, defendeu que “meninos vestem azul, meninas vestem rosa” (G1, 2019). Em outra, em entrevista concedida em março de 2018, criticou o feminismo e afirmou que “é como se houvesse uma guerra entre homens e mulheres no Brasil. Isso não existe”, para concluir dizendo que “está na hora da igreja dizer à nação a que viemos [...] é hora de a igreja governar” (ENTREVISTA..., 2018). Fica evidente na afirmação da ministra a negação das diferenças transformadas em desigualdades entre homens e mulheres em nossa sociedade machista e patriarcal, onde os homens ocupam posição de privilégio. Além disso, na última frase ela associa igreja e Estado, desconsiderando completamente a laicidade deste e explicitando a imbricação entre os interesses privados de algumas igrejas evangélicas e as questões públicas.

Considerando o que foi demonstrado até o momento, recorremos a Harvey (2008), quando afirma que o neoconservadorismo atua como uma resposta à erosão da moralidade no capitalismo, preenchendo esse vazio com valores morais rígidos, anticomunistas e opostos à distribuição de renda. Assim, o nacionalismo cultural, a defesa da família tradicional patriarcal, a retidão moral e a ênfase nos valores cristãos passaram a integrar o constructo político ideológico, para além da oposição ao intervencionismo estatal na economia.

Outro aspecto importante e que corrobora o argumento deste artigo foi a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Em nossa análise, esse ato constituiu um retrocesso no campo dos direitos educacionais e mostrou-se uma medida que vai na contramão do reconhecimento da diversidade, da promoção da igualdade e do fortalecimento da inclusão no processo educativo, da garantia de direitos sociais e do fortalecimento da democracia. Isso porque tal secretaria desenvolvia ações nos campos de Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial na perspectiva inclusiva, Educação Ambiental e em Direitos Humanos, Educação do Campo, Indígena e Quilombola, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação para as relações de Gênero e Combate a Homofobia, todos temas que no atual governo deixaram de ser prioridade.

Também em 2004, o governo federal, em uma iniciativa pioneira, lançou o Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra a população LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual (doravante referido como BSH). De acordo com Rossi (2010), o ineditismo do BSH se deu por conta de ser o primeiro programa governamental criado em interlocução com o movimento LGBT em resposta às suas demandas para além do campo da saúde. Um dos temas que compunham o programa era o “Direito à



Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual” e foi derivado dele que se lançou o Projeto Escola Sem Homofobia. Financiado pelo Ministério da Educação com recursos aprovados por emenda parlamentar da Comissão de Legislação da Câmara Participativa, este projeto constituiu-se como uma ação colaborativa de âmbito nacional idealizada e implementada por organizações da sociedade civil e representantes da comunidade LGBTQIAP+. De acordo com informações coletadas do Caderno Escola sem Homofobia, que fazia parte do *kit* do Programa Escola sem Homofobia, ele visava a contribuir

com a implementação e a efetivação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro. Essa contribuição se traduz em subsídios para a incorporação e a institucionalização de programas de enfrentamento à homofobia na escola, os quais pretendemos que façam parte dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino do Brasil (MEC, 2009, p.4)

Em síntese, o caderno supracitado é composto por sugestões de dinâmicas e direcionado a: professoras, professores e o conjunto de profissionais que trabalham na escola; estudantes nas salas de aula; familiares; e a comunidade do entorno da escola. Seu objetivo era orientar as escolas, quando da elaboração dos seus projetos políticos pedagógicos, a incluírem temáticas de valorização da diversidade enquanto um dispositivo pedagógico, além de trabalhar com os alunos temas relacionados ao respeito às diferenças, que também deveria ser incorporado pelas escolas em seus projetos políticos pedagógicos. O *kit* do Escola Sem Homofobia era composto pelo caderno, que continha orientação a escolas e professores para trabalhar com questões da diversidade, além de três vídeos, intitulados *Boneca na Mochila*, *Medo de quê?* e *Torpedo*.

O Projeto Escola sem Homofobia, quando do início da sua distribuição pelo Ministério da Educação, causou polêmica. Por medo da base conservadora do Congresso Nacional e por causa da pressão política da bancada evangélica e seus aliados, a então presidenta Dilma cessou a distribuição do *kit* anti-homofobia, na época apelidado pejorativamente de “*kit gay*”.

Esse projeto, fruto de uma das ações do BSH, política conquistada por meio da luta do movimento LGBT brasileiro, acabou sendo usado, durante as eleições de 2018, como base de uma das maiores *fake news* que contribuíram para que o atual presidente vencesse o pleito. O livro ao qual Jair Bolsonaro fez alusão durante sua campanha¹⁰, que integrou o *kit* anti-homofobia, se chama *Aparelho sexual e cia.*¹¹, indicado para pré-adolescentes e adolescentes entre onze e quinze anos de idade.

Na análise de Teixeira e Henriques (2022), no Brasil se desenha o seguinte cenário do neoconservadorismo:

[a] atuação pró-família como núcleo da sociedade segue ganhando adeptos dentro e fora do congresso; as reações contra a agenda LGBTQIAP+ e as discussões sobre a

¹⁰ Além de mostrar o livro em algumas entrevistas, o então candidato na época gravou um vídeo divulgado na rede social *Facebook* onde apresenta a publicação e defende que ela incentiva práticas sexuais precoces e a pedofilia (POSTAGEM..., 2018).

¹¹ Lançado originalmente na França, o livro *Le guide du zizi sexuel* foi escrito por Hélène Bruller e ilustrado por Zep. Traduzido em mais de vinte e cinco países, chegou ao Brasil por meio do selo juvenil da editora Companhia das Letras em 2007 rebatizado como *Aparelho sexual e cia.*



descriminalização do aborto tornam-se cada vez mais agressivas; [...] e as demandas por privatização e diminuição do Estado encontram defensores em bancadas organizadas, como a chamada Bancada BBB – Boi, Bala e Bíblia em referências aos interesses daqueles que a compõem, o agronegócio, o armamento civil e a bancada evangélica (TEIXEIRA; HENRIQUES, 2022, p.10).

Diante do exposto, podemos afirmar que a luta pelo reconhecimento de direitos sociais materializados em políticas dos movimentos identitários conquistou um pequeno espaço na agenda governamental vinte anos após a redemocratização do país. Esse avanço limitado na conquista de direitos, porém, foi o suficiente para que a direita neoconservadora se articulasse em reação, e, legitimada pela vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018, conseguisse acabar com ele.

5 Políticas educacionais em tempos de privatização do público e desdemocratização

Este item trata das políticas educacionais em um contexto de privatização do público, entendendo público e privado como projetos societários em disputa. Neste sentido, as pautas de diversidade são compreendidas como parte da educação pública e democrática, enquanto as pautas privadas integram as particularidades deste período específico do capitalismo – neoconservadorismo, neofascismo e neoliberalismo –, relacionadas ao mercado, ao individualismo, à competitividade, à meritocracia e também a racismo, homofobia, misoginia, xenofobia, entre outros, como tratamos na primeira parte do texto. Não é possível pensar em uma sociedade ou escola democrática baseada em valores preconceituosos e excludentes.

No período posterior à ditadura civil-militar, avançamos lentamente em alguns direitos materializados em políticas educacionais. Concretamente, tratamos aqui de direitos reivindicados no processo de redemocratização, nos anos 1980, e materializados em parte na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, como a gestão democrática da educação, a educação básica entendida como educação infantil, fundamental e média, a gratuidade da educação pública, entre outros.

A gestão democrática, duramente conquistada na Constituição Federal, é parte do processo de aprendizagem da participação e está em disputa com a gestão gerencial ou outras formas de gestão historicamente vinculadas ao mercado. Ela integra o projeto de construção da democratização da sociedade brasileira. Portanto, a construção do projeto político pedagógico, a participação em conselhos e processos eletivos e a autonomia financeira são processos pedagógicos de aprendizagem da democracia, tanto para a comunidade escolar, quanto para a comunidade em geral, porque a participação é um longo processo de construção.

A luta pela universalização da educação foi acompanhada de um importante debate, com algumas políticas já implantadas sobre as especificidades, como educação indígena, educação do campo, e ainda as questões de gênero e a luta contra o racismo e a homofobia. Em 2008, foi criada a SECAD, hoje SECADI, por ter incorporado a educação especial, que é uma secretaria no Ministério da Educação que apresenta políticas mais específicas para contemplar estas reivindicações.

No caso brasileiro, o poder público é o principal responsável pela oferta na educação básica e mais de 80% das instituições são públicas – conforme o Censo de 2022, a rede privada concentra 18,6% do total de matrículas. No entanto, o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, sob a justificativa de que, dessa maneira, estão contribuindo para a qualidade da escola pública. Nos



últimos anos, além do mercado, também o neoconservadorismo tem assumido a pauta educacional. Verificamos em nossas pesquisas formas de privatização do público por três vias distintas, que classificamos em três categorias: direção, execução e execução e direção¹².

Nos processos de direção, o setor privado atua no conteúdo e controle das políticas públicas ou das escolas, sendo que a propriedade permanece pública. Esse é o caso do Movimento pela Base e Movimento Todos pela Educação, em que os empresários influenciam o governo federal na agenda educacional e na venda de produtos educativos. Aqui também se enquadram iniciativas que buscam cercear ou censurar a atuação de professoras e professores, como o projeto Escola Sem Partido, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, a Escola Domiciliar, entre outros.

Nos processos de execução, o setor privado atua diretamente na oferta da educação, como é o caso das creches comunitárias, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação profissional e da Educação Especial. O privado tem justificativas distintas, como a sua *expertise*, caso do Sistema S na Educação Profissional e de instituições como a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) e a Associação Pestalozzi, ambas na educação especial. No entanto, nas creches comunitárias, na educação infantil e na EJA, alega-se o barateamento da oferta, o que, com poucas exceções, se dá de forma precarizada, com bolsas ou salários simbólicos, em locais pouco apropriados, sem espaços democráticos de participação.

Nos processos de execução e direção, analisamos os casos das parcerias entre o poder público e institutos privados, como o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Unibanco, a Fundação Lemann e o Grupo e Instituto Positivo. As parcerias definem o conteúdo da educação e executam sua proposta através da formação, avaliação, monitoramento, premiações e sanções que permitem um controle de que seu produto será executado.

Analisamos criticamente este processo de controle do trabalho dos professores e alunos via rotina escolar, formação e materiais padronizados, o qual não considera as especificidades da aprendizagem e a autonomia dos profissionais da educação. Estes conhecem a realidade dos seus alunos e têm competência para preparar suas aulas, mas perdem, nesse processo, a dimensão do professor enquanto um intelectual, o que acaba gerando a separação entre quem pensa e quem executa, com evidentes implicações para a democratização da educação.

No caso das políticas de diversidade, conforme vimos no item anterior, a relação entre o público e o privado se expressa através, por um lado, da materialização de políticas educacionais que foram instituídas pela SECADI, extinta em 2019, e, por outro, de retrocessos, como o caso do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído em todo o território nacional, e da Educação Domiciliar. Lima (2021, p. 63), ao analisar o PECIM, adverte que:

São escolas civis, públicas, de acesso universal que incorporam rotinas, normas e valores militares, e contam com o apoio do aparato militar, com destaque aos recursos humanos. Essas escolas contam com cargos de apoio e de supervisão exercidos por militares, que assumem a tarefa de garantir a disciplina e o controle dos alunos, determinando vestimentas, comportamentos e atitudes.

¹² Ver relatórios, artigos e livros na página do GPRPPE, disponíveis em <https://www.ufrgs.br/gprppe/>.



Outra pauta polêmica é a Educação Domiciliar, que já conta, inclusive, com a Associação Nacional de Educação Domiciliar no Brasil (ANED), criada em 2010 “com a finalidade de congregar e amparar as famílias que lutam pelo direito de escolher como se dará a educação de seus filhos; enfim, pleiteiam o direito de exercer a ED [educação domiciliar] no Brasil”. (ARAÚJO; LEITE, 2020, p. 6). A ANED tem relação internacional, principalmente com a *Home School Legal Defense Association* (HSLDA). Ela coordena a campanha “Educação Domiciliar - Direito Já”, que conta com parceiros como a *Classical Christian Community*, com conteúdo em inglês, que “advoga por uma educação clássica, cristã e comunitária a partir de inscrições claramente religiosas, como ‘conhecer a Deus e torná-lo conhecido’”. (ARAÚJO, LEITE, 2020, p. 12), e o Instituto de Estudos Independentes (INTESI), “presidido por Silvaleide de Souza Martins Rocha, também colaboradora do Conecte HS, associação de pesquisadores cristãos, professores e profissionais liberais do campo do Direito” (ARAÚJO; LEITE, 2020, p. 13).

As autoras concluem que existe uma rede muito fortalecida que envolve venda de materiais e geração de conteúdo próprio, vinculada a pautas de mercado e neoconservadoras:

Percebemos a consolidação de uma grande equipe pedagógica autodidata coesa, estruturando diferentes entidades, mas atuando em conjunto na defesa da modalidade educativa e do direito de escolha dos pais, que consequentemente lhes garantirá a demanda do serviço que já tem para oferecer. [...] Isso reforça que se trata de uma política com viés neoliberal, neoconservador, segregacionista, consequentemente anticonstitucional (ARAÚJO; LEITE, 2020, p. 17).

Enfim, destacamos que as políticas educacionais materializam este período particular do capitalismo de privatização do público via mercado e neoconservadorismo.

6 Considerações finais

O nosso fio condutor ao longo deste artigo foi a análise da relação entre o público e o privado como projetos societários em disputa e a problematização de como o processo recente de construção da democracia pautou o tema das políticas de diversidade no Brasil, especificamente nas políticas educacionais.

Iniciamos historicizando a relação entre democracia e luta pelas políticas de diversidade como parte do debate acerca da relação entre o público e o privado como projetos societários em disputa, enfatizando as principais contradições da época de redemocratização no Brasil e a intensificação da correlação de forças depois do golpe de 2016. A segunda parte trouxe a discussão teórica acerca da democracia neste período particular do capitalismo e a intensificação do neoconservadorismo vinculado à neoliberalização e ao avanço do processo de individualização da sociedade (HARVEY, 2008). Por fim, na terceira parte abordamos alguns elementos das políticas de diversidade no Brasil em um movimento dialético de análise no qual se analisam avanços e retrocessos. Enfatizamos no texto que, apesar de o processo de construção das políticas de diversidade ainda ser embrionário, ele foi suficiente para a ascensão de um projeto neoconservador, neofascista e neoliberal que culminou com um golpe de Estado no Brasil, em que a pauta financeira foi abafada pelo medo e ódio às conquistas do período democrático.

De tudo o que foi exposto, resta-nos observar que ainda não superamos o passado ditatorial, pois permanece a manutenção e o controle da hegemonia das forças militares e empresariais, processo definido por Florestan Fernandes (1987) como “pactos pelo alto”, em que ocorreu retorno do regime democrático, mas com a permanência dos mesmos grupos que sustentavam a ditadura nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Interessante observar que, de certa forma, não superamos o legado ditatorial também no campo educacional. Em síntese, destacamos a especificidade encontrada no Brasil, que conviveu com décadas de imposição de um regime autoritário cujo final foi um processo “negociado” e não “derrotado”.

É importante ainda identificarmos a seguinte contradição: enquanto no Brasil lutávamos pelo fim da ditadura civil-militar e pela maior participação dos movimentos sociais na formulação de políticas, mundialmente havia uma tendência contrária, com o avanço do neoliberalismo por meio da privatização dos direitos sociais e da ausência da atuação dos movimentos na implantação e implementação das políticas públicas.

A luta pela redemocratização do Brasil, ocorrida a partir da segunda metade da década de 1980, contou com a participação dos movimentos sociais identitários, que defendiam a inclusão das suas pautas específicas no âmbito das discussões das políticas sociais. Em razão da correlação de forças sociais e políticas da época, a Constituição Federal de 1988 não contemplou integralmente as demandas oriundas de alguns dos movimentos, como o Movimento LGBTQIAP+ e o Movimento Étnico-Racial. Somente nos anos 2000 esses sujeitos passaram a ter suas demandas incluídas na agenda governamental, com destaque para o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2006.

Ao final, cabe salientar que as políticas de diversidade passaram a constar na agenda do governo brasileiro apenas vinte anos depois do fim da ditadura civil-militar, que ainda hoje gera repercussões políticas e sociais. A partir dos anos 2000, constatam-se alguns avanços na direção da construção e do fortalecimento da democracia, por meio do reconhecimento e da efetivação de políticas públicas, materializando direitos dos movimentos identitários.

Porém, o que acaba por se revelar é que processos transicionais incompletos e inacabados, como o período de redemocratização brasileiro, acabam obstaculizando o fortalecimento das demandas dos grupos minorizados – que, desde o golpe civil-militar de 1964, foram perseguidos, mortos e silenciados – em direitos. Tal premissa se fundamenta quando analisamos a pauta neoconservadora que se tornou uma das bases de sustentação política do atual governo federal.

Os pequenos avanços conquistados nos anos 2000 provocaram dois movimentos complementares. Primeiro, a transição para a democracia foi incompleta e inacabada, sem o estabelecimento dos mecanismos de justiça, reparação e reforma das instituições políticas, sem os quais se impede o fortalecimento das bases democráticas da sociedade. Segundo, mesmo que pequenos avanços sociais possam ser observados no contexto brasileiro dos anos 2000, não são tolerados pela direita conservadora, cada vez mais influente em termos globais.

Por fim, lembramos que, em tempos de retomada do conservadorismo e de neoliberalização, em que a ênfase nas liberdades individuais trouxe perdas para um projeto societário de justiça social, proliferam concepções individualistas, para as quais as transformações ocorrem na esfera pessoal e não societária. Por conseguinte, o sucesso e o fracasso são considerados de responsabilidade exclusiva dos sujeitos por meio das suas virtudes empreendedoras. Neste período histórico, a luta pela democracia, mais do que nunca, deve ser entendida como o respeito às diferenças e a materialização de direitos em políticas. Assim, reafirmamos o argumento de que as políticas de valorização da diversidade cumprem um



importante papel na ampliação do próprio conceito de democracia, compreendido aqui como igualdade social e econômica e respeito à diversidade.

Referências

ANDRADE, Hanrikson de. Bolsonaro contraria Constituição e diz que 'minorias têm que se adequar'. 2022. **Portal UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/15/bolsonaro-defende-falas-transfobicas-minorias-tem-que-se-adequar.htm>. Acesso em: 21 out. 2022.

ARAÚJO, Stephane Silva de; LEITE, Maria Cecilia Lorea. A defesa pela “liberdade de escolha” fortalecendo uma rede empresarial: o homeschooling brasileiro. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-20, 2020.

BOITO, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Revista Crítica Marxista**, n.50, p. 111-119, 2020.

ENTREVISTA com Damares Alves: conheça a ministra dos Direitos Humanos de Bolsonaro. Realização de Jaufran Siqueira. [S. I.]: [S. I.], 2018. (24 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L3Z6wUhl5Lk>. Acesso em: 21 out. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

G1. Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'. **Portal G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em: 21 out. 2022.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

INSTITUTO LIBERAL. **Quem é a Nova Direita? O que ela pensa? E por que os “intelectuais” a temem tanto?** 2017. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/quem-e-nova-direita-o-que-ela-pensa-e-por-que-os-intelectuais-temem-tanto/>. Acesso em: 03 jul. 2018.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: ZOUK, 2019.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **La pesadilla que no acaba nunca**: el neoliberalismo contra la democracia. Barcelona: Gedisa, 2017.

LUIZ, O VISITANTE. **Se Essa Rua Fosse Minha (part. Talita Caldas)**. 2016. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mrgangster/se-essa-rua-fosse-minha/>. Acesso em: 27 ago. 2022.

LUKÁCS. Georg. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conferência de educação básica discutirá diversidade e inclusão**. 2008a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?id=10297&option=com_content&task=view. Acesso em: 10 jul. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusa>. Acesso em: 14 ago. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Caderno Escola sem Homofobia**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/caderno-escola-sem-homofobia,91a786ed-0a7c-417f-bedf-98a9c7aabfc9>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 3, p. 590-621, set. 2016.

MOLL NETO, Roberto. **Reaganation**: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos Estados Unidos (1981-1988). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MOLL NETO, Roberto; DAMASCENO, Rafael Pinheiro Caetano. Uma nação sob risco (de aprender): análise do pensamento neoconservador sobre a educação e a experiência no governo Ronald Reagan (1981-1989). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-25, 2020.

MONTAÑO, Carlos. **"Identidade" e Classe Social**: uma análise crítica para a articulação das lutas de classe e antiopressivas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

MURILLO, Javier; ROMÁN, Marcela; HERNANDEZ-CASTILLA, Reyes. **Justicia Social y Justicia Social en Educación**. Madrid: Borrador, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexão a partir das experiências das ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (org.). **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014. p. 13-36.

PERONI, Vera Maria Vidal. A construção do Sistema Nacional de Educação e a gestão democrática em debate. In: ALMEIDA, Luana Costa *et al.* (org.). **PNE em foco**: políticas de responsabilização, regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação. Campinas: Cedes, 2013. p. 1021-1033.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-17, nov. 2020.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Ditadura e Homossexualidades. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade - CNV. **Relatório**: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)

POGGI, Tatiana. Fascismo à brasileira. In: DEMIER, Felipe; CISLAGHI, Juliana Fiuza (orgs.). **O neofascismo no poder (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 47-68.

POSTAGEM no perfil da rede social Facebook de Joice Hasselmann. [S.I.]: [S.I.], 2018. Son., color. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/joicehasselmann/videos/jair-messias-bolsonaro-explica-o-livro-kit-gay-foi-distribu%C3%ADdo-nas-bibliotecas-d/1847830375307146/>. Acesso em: 21 out. 2022.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. **Nueva gramática del neo-liberalismo**: itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008.

QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de Transição - contornos do conceito**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

ROSSI, Alexandre José. **Avanços e limites da política de combate à homofobia**: uma análise do processo de implementação das ações para a educação do programa Brasil sem homofobia. 2010. 186f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TEIXEIRA, Pedro; HENRIQUES, Adrian. O novo conservadorismo brasileiro e a educação: Mapeando suas linhas de força. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S. l], v. 30, n. 89, p. 1-21, jun. 2022.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

TRT-4. **LGBTQIAP+**: você sabe o que essa sigla significa? 2021. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/465934>. Acesso em: 21 out. 2022.

Recebido em agosto de 2022.

Aprovado em novembro de 2022.